

- processo que cumpre adotar-se para a emancipação dos Africanos encontrados a bordo de tais navios. *Coleção das decisões do Governo do Império do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 153-154, 1848.
- _____. Lei n. 556, de 25 de junho de 1850. Código Comercial do Império do Brasil. *Coleção das leis do Império do Brasil*, Rio de Janeiro, parte 1, p. 57-239, 1851.
- _____. Lei n. 581, de 4 de setembro de 1850. Estabelece medidas para a repressão do tráfico de africanos neste Império. *Coleção das leis do Império do Brasil*, Rio de Janeiro, parte 1, p. 267-270, 1851.
- _____. Decreto n. 2.350, de 5 de fevereiro de 1859. Reforma a Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça. *Coleção das leis do Império do Brasil*, Rio de Janeiro, parte 2, p. 43-58, 1859.
- _____. Decreto n. 2747, de 16 de fevereiro de 1861. Dá execução ao decreto 1.067 de 28 de julho de 1860. *Coleção das leis do Império do Brasil*, Rio de Janeiro, parte 2, p. 127-129, 1861.
- _____. Decreto n. 2750, de 16 de fevereiro de 1861. Altera o decreto n. 2.350, de 5 de fevereiro de 1859, que reforma a Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça. *Coleção das leis do Império do Brasil*, Rio de Janeiro, parte 2, p. 146-147, 1861.
- _____. Lei n. 1.273, de 24 de setembro de 1864. Reforma a legislação hipotecária, e estabelece as bases das sociedades de crédito real. *Coleção das leis do Império do Brasil*, Rio de Janeiro, parte 1, p. 69-86, 1864.
- _____. Decreto n. 2.445, de 12 de abril de 1865. Aprova o regulamento interno da Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça. *Coleção das leis do Império do Brasil*, Rio de Janeiro, parte 2, p. 83-100, 1865.
- _____. Decreto n. 4159, de 22 de abril de 1868. Reforma a Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça. *Coleção das leis do Império do Brasil*, Rio de Janeiro, parte 2, p. 229-244, 1868.
- _____. Decreto n. 7836, de 28 de setembro de 1880. Aprova os estatutos do Instituto dos Advogados Brasileiros. *Coleção das leis do Império do Brasil*, Rio de Janeiro, parte 2, p. 591-599, 1881.
- _____. Decreto n. 8386, de 14 de janeiro de 1882. Dá novo regulamento para a Casa de Correção da Corte. *Coleção das leis do Império do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 50-86, 1883.
- _____. Decreto n. 9.420, de 28 de abril de 1885. Consolida a legislação relativa aos empregos e ofícios de Justiça, provê aos casos omissos e elimina algumas disposições antinômicas, obsoletas ou inconvenientes ao serviço público. *Coleção das leis do Império do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 411-444, 1886.
- _____. Decreto de 30 de outubro de 1891. Reorganiza os serviços da administração Federal. *Coleção das leis da República dos Estados Unidos do Brasil*, Rio de Janeiro, partes 1 e 2, volume 1, p. 42-45, 1892.
- CABRAL, Dilma (org.); CAMARGO, Angélica Ricci. A casa real, as secretarias de Estado e outros órgãos da administração central. In: _____. *Estado e administração: a corte joanina no Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2010. p. 47-61.
- CALMON, Pedro. *História do Ministério da Justiça (1822-1972)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1972.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- _____. Federalismo e centralização no Império brasileiro: história e argumento In: _____. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- COSTA, Emília Viotti da. A Proclamação da República. In: _____. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 7. ed. São Paulo: Editora Unesp, 1999.